

Mariana Gomes Martins

**O Papel de Cuidadoras de Crianças e Adolescentes em Abrigos Institucionais:
uma Revisão de Literatura**

**Uberlândia
2022**

Mariana Gomes Martins

**O Papel de Cuidadoras de Crianças e Adolescentes em Abrigos Institucionais:
uma Revisão de Literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Renata Fabiana Pegoraro

**Uberlândia
2022**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M386 2022	<p>Martins, Mariana Gomes, 1997- O Papel de Cuidadoras de Crianças e Adolescentes em Abrigos Institucionais [recurso eletrônico] : uma revisão de literatura / Mariana Gomes Martins. - 2022.</p> <p>Orientadora: Renata Fabiana Pegoraro. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Psicologia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia. I. Pegoraro, Renata Fabiana, 1974-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 159.9</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Mariana Gomes Martins

**O Papel de Cuidadoras de Crianças e Adolescentes em Abrigos Institucionais:
uma Revisão de Literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Renata Fabiana Pegoraro

Banca Examinadora

Uberlândia, 11 de agosto de 2022.

Prof^ª Dra. Renata Fabiana Pegoraro
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Prof^ª. Dra Eliane Regina Pereira
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG

Mestra Dayane Rodrigues Silva
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais/Comarca de Uberlândia
– Uberlândia- MG

**Uberlândia
2022**

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Lucimeire e Adilson, por terem proporcionado, com tanto amor, os recursos e o apoio necessários para que eu conseguisse trilhar este tão sonhado caminho.

Aos meus avós, Zé Borges e Maria Helena, por sempre acreditarem e torcerem por mim.

À minha irmã, Duda, por me lembrar que sou forte e capaz, até mesmo nos momentos mais improváveis.

Ao meu noivo, Caio, por topa viver, ao meu lado, minhas aventuras, transformando-as carinhosamente em nossas.

À minha sogra, ao meu sogro e ao meu cunhado, que sempre me apoiaram e auxiliaram na conquista dos meus objetivos.

Aos meus amigos de profissão e/ou de coração – Thaíla, Dodo, Gi, Matheus, Hillary, Pips, Carol, Bia e toda equipe da Hummanos –, por deixarem minha trajetória mais leve e divertida.

Aos demais familiares e amigos, que movem céus e terras para me ver bem – tantos que em uma folha de papel não caberia... como sou privilegiada e feliz por ter vocês ao meu lado.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Renata, por todo auxílio, compreensão, força e por ser uma luz a me guiar certamente em todos os momentos do percurso.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Psicologia, pela oportunidade de construção deste trabalho, do qual tanto me orgulho.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana” Carl Gustav Jung (1875-1961)

RESUMO

Uma vez que as cuidadoras encontram-se à frente dos cuidados diretos e cotidianos das crianças e dos adolescentes em abrigos institucionais, sua postura e a qualidade de suas interações representam importantes referenciais para o desenvolvimento dos sujeitos acolhidos e para o alcance dos objetivos propostos pelas políticas públicas sociais. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi mapear e analisar o papel de cuidadoras de crianças e adolescentes em abrigos institucionais a partir de uma revisão integrativa de literatura. As buscas foram realizadas nas bases *on-line* SciELO, PePSIC e Redalyc, visando artigos publicados entre 2011 e 2020. Retornaram 887 artigos e, após a exclusão por critérios, 15 compuseram o *corpus* de análise. A partir da leitura destes, na íntegra, os achados relevantes foram agrupados em dois eixos temáticos: 1) Perfil e Funções das Cuidadoras e 2) O Trabalho das Cuidadoras. Os resultados e a discussão realizados apontam para um paradoxo: sujeitos (cuidadoras) negligenciados em um sistema que prevê a luta contra a negligência de outros sujeitos (crianças e adolescentes).

Palavras-chave: Cuidadora; Criança; Adolescente; Abrigo Institucional.

ABSTRACT

Once caregivers are responsible for the direct and daily care of children and adolescents in institutional shelters, their behavior and the quality of their interactions represent important references for the development of the sheltered ones and the achievement of social public policies purposes. Therefore, this study objective was to map and analyze the role of children and adolescents' caregivers in institutional shelters, based on an integrative literature review. The searches were accomplished in the online databases SciELO, PePSIC and Redalyc, including published articles between 2011 and 2020 only. From the reading of these, in full, the relevant findings were grouped into thematic categories: 1) Caregivers' Profile and Assignments and 2) Caregivers' Work. The end results and considerations indicate a paradox: neglected individuals (caregivers) in a system that foresees the fight against the negligence of other individuals (children and adolescents).

Keywords: Caregiver; Child; Adolescent; Institutional Shelter.

No outro dia, vi um adolescente no cantinho ali na parede, ele chorava de uma forma tão desesperada. Fui perguntar o que tava acontecendo e ele disse que sentia falta dos pais. E o que eu fazia? A gente não sabe, né? Ai a gente trata esses meninos como filhos da gente e quando vemos eles assim, dói o coração, né?. (A: cuidadora de crianças e adolescentes de uma instituição de abrigamento).

A anotação acima foi resgatada de uma experiência em que foram realizados grupos de atenção psicológica que conduzi enquanto estagiária de psicologia. Difícil de ser ouvido e lembrado, quem dirá vivido. Escancara a realidade por detrás do ser e do fazer da profissão de cuidadora, expondo sujeitos negligenciados por um sistema que prevê a luta contra a negligência de outros sujeitos. Realidade esta que deveria gerar inquietações e problematizações, porém, não apenas, pois inquietações desassociadas de intervenções, nunca deixarão de ser inquietações. É necessário conscientizar, mobilizar e reivindicar. É necessário se importar com quem tanto se importa, tanto sente, tanto vive. Afinal, quem cuida carece, também, de cuidados.

Eis a razão do pensar, do dialogar, do debruçar-se e do fazer por detrás do presente estudo. Deste modo, escolhi como tema do meu trabalho de conclusão de curso em Psicologia o papel de cuidadoras de crianças e adolescentes em abrigos institucionais.

À princípio, o presente estudo fora idealizado como uma pesquisa de campo, a fim de conceder espaço sólido para a expressão da voz e da autonomia das cuidadoras em relação às percepções sobre o próprio trabalho. Porém, em razão da pandemia de COVID-19, não foi possível estabelecer contato e vínculo com a Prefeitura Municipal e com os abrigos da cidade, impossibilitando, assim, a concretização da metodologia pensada inicialmente. O que não impossibilitou, contudo, a concretização do propósito inicial, pois, assim que se decidiu pela

revisão de literatura, realizou-se a busca de trabalhos que abarcavam o tema de uma forma ainda mais ampla e abrangente.

Importante mencionar, de antemão, que o levantamento bibliográfico realizado, e apresentado na sequência deste texto, indicou que, na verdade, tratam-se de cuidadoras, e não cuidadores, portanto, no presente trabalho, serão utilizados indicadores gramaticais pertinentes, visando representatividade e demarcação de homogeneidade em termos de gênero.

1.1 Da institucionalização de crianças e adolescentes ao acolhimento em espaços assistenciais

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), há, no Brasil, uma cultura de institucionalização de crianças e adolescentes, originada e reproduzida pelas tendências educacionais e assistenciais de cada época, cujas importantes repercussões cedem sentido à realidade do acolhimento dos mesmos nos dias atuais. Ao investigar as práticas assistenciais voltadas à infância e à adolescência dos séculos XIX e XX, tem-se que estas apoiavam-se, majoritariamente, no confinamento total de crianças e adolescentes de famílias em condição de pobreza (Brasil, 2006). As instituições em questão eram conhecidas como orfanatos e contavam com uma rígida presença social, respaldada pela conjuntura e hierarquia dominantes da época. Deste modo, os orfanatos desempenhavam uma prática considerada, até então, educacional e assistencial, porém, alicerçada em um substancial e velado viés que, nos dias atuais, é escancarado como controle do Estado sobre uma parte da população que, a partir da crescente urbanização, tornava-se cada vez mais vista e representada como perigosa (Rizzini & Rizzini, 2004).

Nos últimos anos do século XX, contudo, instaurou-se, em âmbitos nacional e internacional, uma crescente preocupação e consequente discussão a respeito da institucionalização de crianças e adolescentes, bem como seus desdobramentos, projetando o

efetivo desempenho institucional capaz de resgatar e amparar a infância e a adolescência (Rizzini & Rizzini, 2004).

No Brasil, este novo cenário propiciou mudanças significativas marcadas, principalmente, pela promulgação da Constituição Federal, em 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e pela criação e implementação de políticas públicas, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005. Logo, crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, tendo reconhecida a necessidade de cuidados especiais e diferenciados para seu desenvolvimento digno e pleno, além do respeito e da promoção da autonomia e da participação ativa na construção de sua própria história (Brasil, 2006).

Em vista disto, a Constituição Federal vigente reconhece e afirma a família como organismo essencial ao desenvolvimento, à humanização e à socialização, bem como a atribui, juntamente ao Estado e as comunidades, a responsabilidade de assegurar, às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade:

[...] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, art. 227).

O ECA, por sua vez, regulamenta princípios constitucionais e normas internacionais, ao articular e integrar as políticas públicas competentes, reforçando a garantia de direitos como finalidade vital do sistema de promoção e defesa às crianças e aos adolescentes (Brasil, 2006).

Visando, então, a concretização e a manutenção dos direitos civis, inclusos os pertinentes à infância e à adolescência, o SUAS representa novas formas de gestão da práxis assistencial, apoiadas no enfrentamento descentralizado de importantes demandas sociais, ao promover acesso a benefícios, programas, projetos e serviços de proteção básica e especial (Dantas, 2016).

Deste modo, a condição de pobreza das famílias, antes adotada como intrínseca e majoritária justificativa para a institucionalização de crianças e adolescentes, cede espaço ao acolhimento em razão da violação dos direitos garantidos a estes por meio de políticas públicas fundamentais (Rizzini & Rizzini, 2004). Nestes casos, as estratégias assistenciais deverão explorar todas as possibilidades de preservação dos vínculos familiares originais (imediatos ou extensos), incluindo apoio socioeconômico e elaboração de novas formas de interação e convivência. No entanto, frente à impossibilidade de resgate destes vínculos, compete, ao Estado, a responsabilidade direta sob a proteção das crianças e dos adolescentes em situação de violação de direitos, fomentando a formação de novos vínculos que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Em ambos os casos, o afastamento necessário da criança e do adolescente do meio familiar nocivo para seu desenvolvimento ocorre, provisoriamente, via acolhimento familiar ou institucional e, em casos de conseqüente inserção em família substituta, via adoção, mediante decisão judicial (Brasil, 1990).

É em meio a este cenário, fruto de uma forte e presente narrativa assistencial voltada à cidadania, que práticas de internação converteram-se em práticas de abrigamento e orfanatos cederam espaço às instituições de acolhimento – como a casa de passagem, o abrigo, a casa-lar e a república –, especialmente pensadas para o atendimento de demandas sociais importantes e a garantia de direitos às crianças e aos adolescentes (Gulassa, 2010).

A casa de passagem ocupa-se do acolhimento inicial, ao realizar análises referentes à violação de direitos, providenciando, por fim, os devidos encaminhamentos (Gulassa, 2010). O abrigo e a casa-lar propiciam acolhimento provisório até que seja viabilizada a inserção em família, de origem ou substituta, compreendendo a figura da cuidadora em ambos os espaços, porém, como residente na casa-lar. A república, por sua vez, a partir do propósito de encaminhá-

los à independência, recebe jovens de 18 anos, em situação de acolhimento, que por quaisquer razões, encontram-se impossibilitados do convívio familiar (Brasil, 2009). Na próxima seção, será abordado o papel dos abrigos.

1.2 Abrigos e o papel das cuidadoras

De acordo com Gulassa (2010), um abrigo acolhe, no máximo, 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos, compreendendo a faixa etária de 0 a 18 anos, a considerar indicadores que possibilitem o efetivo atendimento aos acolhidos e suas famílias. Torna-se imprescindível, então, a proximidade física e o diálogo entre abrigo, família e comunidade, possibilitando a manutenção do importante vínculo entre eles e a efetivação do trabalho em rede. Por este motivo, o abrigo deve possuir aspecto semelhante ao de uma residência, estar localizado em áreas residenciais e não apresentar quaisquer sinalizações a respeito da natureza institucional, objetivando evitar a estigmatização, a segregação e a despotencialização dos acolhidos. Além de contar com espaços físicos suficientes e confortáveis para socialização, estudo, repouso e alimentação.

Gulassa (2010) reitera, ainda, que há um prazo de, no máximo, dois anos de acolhimento, salvo justificativa fundamentada. E em casos de esgotamento aparente de todas as possibilidades de inserção em uma família, de origem ou substituta, a equipe institucional deverá construir, em parceria ativa com a criança ou o adolescente, um projeto de vida que o respalde e o direcione à sua emancipação.

A equipe de um abrigo deve ser composta por: (a) um coordenador, um assistente social e um psicólogo, recomendados a cada vinte crianças e adolescentes, sendo possível para os últimos atenderem mais de um abrigo, respeitadas as condições cabíveis; (b) uma cuidadora e sua respectiva auxiliar, recomendadas a cada dez crianças e adolescentes, sendo possível contar com demais contratações destas profissionais, a depender do perfil dos acolhidos, como por exemplo, referente a faixa etária e a necessidade de cuidados especiais (Gulassa, 2010).

As principais funções das cuidadoras em abrigos institucionais, segundo publicação do CONANDA/CNAS, são: cuidados básicos, como alimentação e higiene; organização do ambiente e de fotografias; auxílio na lida com a história de vida e construção da identidade; acompanhamento aos serviços externos; e preparação para o desligamento (Brasil, 2009).

Uma vez que as cuidadoras encontram-se à frente dos cuidados diretos e cotidianos das crianças e dos adolescentes acolhidos, sua postura e a qualidade de suas interações representam importantes referenciais para o desenvolvimento destes e para o pleno funcionamento do abrigo, no alcance dos objetivos propostos pelas políticas públicas sociais (Brasil, 2009).

Barros e Fiamenghi Jr. (2007) observaram essa significativa interação em um abrigo do Estado de São Paulo. Os resultados indicaram uma relação marcada, da parte das cuidadoras, pela repreensão e autoritarismo, e da parte das crianças e dos adolescentes, pelo medo e abandono. De acordo com os pesquisadores, as profissionais demonstravam desamparo e desconhecimento a respeito das necessidades de afeto das crianças e dos adolescentes, pois muitas possuem, em suas trajetórias, marcas psíquicas semelhantes e, portanto, sentem necessidade de resgatar algo, mas se perdem por não terem tido oportunidade de elaborar as próprias vivências.

Em vista disto, Gulassa (2010) reconhece que pensar no cuidado de crianças e adolescentes é pensar também em si, rever-se e retomar os próprios princípios e vivências. Cerisara (1996 apud Bittencourt & Ferro, 2018) amplia esta lógica, evidenciando que cuidadoras, ao valorizarem pensamentos, sentimentos e ações que são exclusivos de suas experiências pessoais e do universo privado das famílias envolvidas no processo de acolhimento, encontram-se passíveis à confusão entre o papel social maternal e o papel profissional de cuidadora na relação com a criança e o adolescente.

Esta realidade é retratada na fala de uma das cuidadoras, entrevistadas por Cano, Marques e Vendruscolo (2007): “[...] *a gente trata eles como se fossem nossos, mas não é daquele jeito nosso, porque são muitos e não tem como.*” (p. 31).

A resolução conjunta, elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 2009, posiciona-se em relação à questão, ao declarar que as instituições destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes em violação de direitos não devem se colocar no lugar da família e que as cuidadoras, em nenhuma hipótese, devem se apossar da criança e do adolescente que encontra-se sob seus cuidados, evitando competições, conflitos e desvalorizações em torno da família, de origem ou substituta.

Bittencourt e Ferro (2018), alegam que estas deliberações não caminham rumo à não fomentação da empatia e do fortalecimento de vínculos afetivos entre os acolhidos e suas cuidadoras, mas rumo ao atentamento e o cuidado em gerir tais vínculos para que não haja repercussão de maiores equívocos e consequente impossibilidade das cuidadoras em cumprir suas funções. Em razão disto, as cuidadoras devem ter clareza quanto a seu papel e às funções que lhe cabem desempenhar, evitando a indesejável sobreposição (Gulassa, 2010). Para que este importante propósito se concretize, então, faz-se necessário investir na capacitação inicial de qualidade e na formação continuada, assim como em espaços de apoio psicológico (Milbrath & Schwartz, 2019), visto se tratar de uma prática complexa, que exige conhecimento adequado para que possa ser desempenhada com autonomia e efetividade (Brasil, 2009).

Por fim, a ambiguidade revelada pela reordenação de práticas de repressão em direção à práticas de promoção de direitos – em outras palavras, do que é e do que pode vir a ser –, deve ser vista a partir de um caráter imprescindível e alcançável. E, se explorada, em sua riqueza de possibilidades voltadas à cidadania, gerará frutos necessários no que tange à proteção das

crianças e dos adolescentes acolhidos e da valorização das cuidadoras e dos demais profissionais envolvidos, direta e indiretamente, no serviço de acolhimento.

Frente ao exposto, delimitou-se a seguinte pergunta norteadora: “*Como cuidadoras de crianças e adolescentes em abrigos institucionais colocam em prática suas funções?*”. A partir disto, o objetivo deste estudo foi mapear e analisar o papel de cuidadoras de crianças e adolescentes em abrigos institucionais a partir de uma revisão de literatura.

Percurso metodológico

Este estudo foi desenvolvido como uma revisão integrativa de literatura, isto é, uma síntese de conhecimentos específicos e sua possível aplicabilidade em circunstâncias reais (Silveira, 2005 apud Souza, Silva & Carvalho, 2010). De acordo com Ganong (1987 apud Souza, Silva & Carvalho, 2010), este tipo de revisão é consolidado através de seis etapas, sendo elas: elaboração da pergunta norteadora, busca na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos recuperados, discussão dos resultados e, por fim, apresentação da revisão integrativa.

A busca na literatura ocorreu mediante aplicação dos critérios de inclusão: artigos científicos completos sob a forma de estudos teóricos, relatos de pesquisa e relatos de experiência, publicados entre os anos de 2011 e 2020, em línguas portuguesa e inglesa, disponíveis nas bases *on-line* SciELO, PePSIC e Redalyc. As buscas foram realizadas nos dias 12 e 13 de maio de 2021 com palavras-chave e combinações pertinentes para cada base, sendo elas: acolhimento institucional, abrigo e abrigamento, na base SciELO; acolhimento *and* institucional, abrigo e abrigamento, na base PePSIC; e, por fim, acolhimento institucional, abrigo *and* infantil, abrigo *and* infância, abrigo *and* adolescência, abrigo *and* crianças, abrigo *and* adolescentes, abrigo *and* cuidadores, abrigo *and* educadores, abrigamento, na base Redalyc.

Retornaram, no total, 887 resultados, sendo: 277 na SciELO, 50 na PePSIC e 560 na

Redalyc. A tabela 1 apresenta o número de artigos eliminados em cada base/portal de busca por não preencherem critérios, serem duplicados e não responderem à pergunta norteadora. Logo, no total, foram selecionados 15 artigos que compuseram o *corpus* de análise.

Tabela 1: Relação de artigos encontrados, eliminados e recuperados

<i>Bases On-line</i>	Encontrados	Eliminados Segundo Critérios de Inclusão	Selecionados para Leitura do Resumo	Duplicados nas Bases On-line	Não Respondem à Pergunta Norteadora	Artigos Recuperados
SciELO	277	257	20	7	6	7
PePSIC	50	47	3	3	0	0
Redalyc	560	520	40	29	3	8
Total	887	824	63	39	9	15

Tomou-se como base as orientações de Broome (2000), quanto à extração das informações, entendendo que a recuperação otimizada e concisa está atrelada à anotação e categorização dos dados. Assim, após a leitura na íntegra dos 15 artigos recuperados foram construídos um quadro de caracterização geral das publicações, destacando e agrupando os objetivos dos artigos, e em seguida os textos foram novamente lidos, estabelecendo-se dois eixos temáticos. O primeiro, mais descritivo, apresenta o “*Perfil e funções das cuidadoras*” e o segundo apresenta “*O trabalho das cuidadoras*”, que foram construídos a partir da análise temática de conteúdo proposta por Braun e Clarke (Souza, 2019) – com a identificação de códigos e, em seguida, a delimitação de temas. O segundo eixo é formado por duas categorias: (1) Condições de trabalho e (2) Ausência/insuficiência de treinamento e educação continuada.

Resultados e discussão

Dentre os 15 artigos recuperados, a publicação mais antiga foi realizada em 2011 e a mais recente em 2020, com maior concentração de artigos publicados a partir de 2015 (10 artigos). Dez artigos foram publicados em periódicos de Psicologia (área de humanas), além de quatro periódicos da área de educação e um da área de saúde (Quadro 1). O tema, portanto, tem despertado maior interesse científico a partir de 2015 e na área das ciências humanas, onde se encontra a Psicologia. Quanto ao tipo de estudos, há pesquisas quanti, quali e métodos mistos (quali-quanti).

Os objetivos dos artigos recuperados (mencionados com números de 1 a 15 entre parênteses a partir deste momento do artigo) foram agrupados considerando suas semelhanças, sendo que as seis principais temáticas abordadas buscaram compreender: I- a qualidade de vida das cuidadoras (1); II- a estrutura e o funcionamento institucional (2, 4, 12, 13, 15); III- a interação entre crianças e adolescentes e suas respectivas cuidadoras (2, 14); IV- a percepção das cuidadoras a respeito do próprio trabalho (3, 8, 11); V- a capacitação das cuidadoras e demais profissionais da equipe institucional (5, 6, 7); VI- o trabalho prestado pelas cuidadoras (9, 10).

Quadro 1: Caracterização dos artigos recuperados quanto a autoria, data de publicação, nível de evidência e tipo de estudo (F = 15)

Número	Autores	Revista	Tipo de Estudo
1	Brito & Souza (2011)	Revista Psicologia: Teoria e Prática	Quantitativo (descritivo)
2	Golin, Benetti & Donelli (2011)	Revista Psicologia em Estudo	Qualitativo (observacional)
3	Cavalcante & Corrêa	Revista Cadernos de	Quanti-quali (descritivo)

	(2012)	Pesquisa	
		Revista Semestral da	
4	Trivellato, Carvalho & Vectore (2013)	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	Qualitativo (observacional)
5	Cruz, Dias & Pedroso (2014)	Revista Psico-USF	Quantitativo (experimental)
6	Barros & Naiff (2015)	Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia	Quantitativo (descritivo)
7	Halpern, Leite & Moraes (2015)	Revista Trabalho, Educação e Saúde	Qualitativo (observacional)
8	Azambuja, Cecílio & Machado (2016)	Revista Olhar de Professor	Quantitativo (descritivo)
9	Azevedo, Cavalcante, Heumann & Torres (2016)	Revista Psicologia: Teoria e Prática	Quanti-quali (observacional)
10	Carmo (2016)	Revista Olhar de Professor	Qualitativo (descritivo)
11	Scopinho & Rossi (2017)	Revista Estudos de Psicologia	Qualitativo (observacional)
12	Acioli, Barreira, Lima, Lima & Assis (2018)	Revista Ciência e Saúde Coletiva	Quanti-quali (observacional)
13	Santos, Vargas & Melo (2018)	Revista Acta Scientiarum	Quantitativo (exploratório)
14	Kappler & Mendes (2019)	Revista Psicologia: Ciência e Profissão	Quantitativo (observacional)
15	Fonseca, Albuquerque,	Revista Psicología,	Quantitativo (descritivo)

Os participantes das pesquisas foram, majoritariamente, as próprias cuidadoras (3, 6, 8, 9, 10, 11), totalizando seis trabalhos exclusivamente com este público. Além destes, em quatro estudos, participaram crianças e adolescentes juntamente com suas respectivas cuidadoras (2, 4, 5, 14); em outros quatro, participaram toda a equipe institucional (1, 7, 13, 15); e, por fim, em um (12), participaram gestores responsáveis por instituições de abrigo, em níveis judiciário, executivo e filantrópico.

Para o desenvolvimento das pesquisas foram adotados os seguintes instrumentos e técnicas: (a) a observação foi a técnica mais empregada, mencionada em sete publicações (2, 4, 7, 9, 11, 14, 15), (b) o questionário estruturado foi utilizado em seis publicações (1, 5, 12, 13, 14, 15), (c) em menor frequência foram empregados questionário semiestruturado (3, 6, 8, 10), entrevista semiestruturada (4, 7, 11), entrevista estruturada (12, 15), vídeo-gravação (9, 14), pesquisa documental (11), inventário (9), atividades lúdicas (4), oficina em grupo (7) e diário de campo (7). Portanto, as cuidadoras aparecem com destaque em 14 dos 15 artigos recuperados e as técnicas e metodologias empregadas para realização dos estudos foram variadas com destaque para observação, questionários e entrevistas.

Eixo temático 1: Perfil e funções das cuidadoras

De um total de quinze artigos recuperados, dez trouxeram aspectos importantes que permitiram o entendimento do perfil das cuidadoras participantes, tais como: gênero (1, 2, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 15), idade (1, 2, 5, 6, 9, 11, 15) escolaridade (6, 8, 9, 12, 13, 15), tempo de atuação na instituição (2, 5, 9, 13, 15) e arranjos familiares (6, 9). Tem-se, então, que a maioria das

cuidadoras eram mulheres; entre 20 e 62 anos de idade; a escolaridade média foi a mais relatada; tempo de atuação de alguns meses a 8 anos; e arranjos familiares marcados pela monoparentalidade, com chefia feminina do lar, em que a maioria eram mães.

Em relação às funções desempenhadas pelas cuidadoras, seis artigos as descrevem de forma clara e pontual (1, 3, 7, 9, 10, 11). Pensando, então, nas denominações dos cargos que compõem estas funções, dois artigos referem-se à estas profissionais pelo termo “cuidadoras” (4, 7), sendo que, considerando a legislação pertinente (Brasil, 2014), um artigo utiliza-o de forma correta, enquanto o outro não descreve as funções desempenhadas pelas participantes. Em contrapartida, seis artigos referem-se a estas profissionais pelo termo “educadoras” (6, 10, 11, 12, 13, 15), sendo que dois utilizam-no de forma incorreta – as participantes dos estudos desempenham, na verdade, funções de cuidadoras –, enquanto quatro artigos não descrevem as funções desempenhadas pelas participantes. Os sete artigos restantes utilizam ambos os termos, como se fossem sinônimos (1, 2, 3, 5, 8, 9, 14), sendo que em um artigo as profissionais, de fato, desempenham funções pertinentes as duas ocupações e dois artigos descrevem apenas funções pertencentes a ocupação de cuidadora (Quadro 2).

Quadro 2: Funções das cuidadoras participantes dos estudos recuperados (F = 15)

Artigos	Descrição das funções das cuidadoras
1	Cuidados básicos; atividades lúdicas e educativas
3	Cuidados básicos; organização do ambiente e fotografias individuais; acompanhamento em serviços externos; apoio à equipe técnica; preparação para o desligamento; auxílio com história de vida, autoestima e identidade
7, 9	Cuidados básicos

10	Cuidados básicos e lazer; esclarecimento de informações; monitoramento da rotina; acompanhamento em serviços externos; elaboração de relatórios
11	Cuidados básicos; organização do ambiente
2,4-6,8,12-15	Não há descrição

Dentre os quinze artigos recuperados, apenas três (6, 10, 12) apresentam importantes considerações rumo à discussão da dicotomia cuidadora x educadora: o artigo 10 cita a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil, 2014), que delibera como norte da profissão de cuidadora o desenvolvimento de atividades voltadas aos cuidados básicos – como por exemplo dar banho, trocar fralda e alimentar –, ao passo que institui como norte da profissão de educadora o desenvolvimento de atividades voltadas à dimensão socioeducativa; o artigo 12 revela que a práxis e a garantia de direitos à cuidadoras e educadoras ainda é frágil, em razão do atraso na regulamentação das profissões; já o artigo 6 aponta a dicotomia como principal justificativa para os sentimentos de decepção e frustração revelados pelas cuidadoras participantes do estudo, demonstrando que estas percebem educação e cuidado de modo hierarquizado, onde a primeira se sobrepõe à segunda. Em meio a este cenário, entende-se que a dicotomia cuidadora x educadora pode ser vista, também, como uma das razões por detrás da confusão acerca das atribuições e dos propósitos da profissão de cuidadora, exposta em dois artigos (4, 14). Faz-se importante apontar, portanto, que o cuidar e o educar sejam vistos e concretizados, verdadeiramente, como indissociáveis, a partir da elucidação sobre os papéis e com a oferta de condições viáveis para o pleno exercício da profissão. Assim, é possível atender à legislação no que diz respeito à garantia de direitos à crianças e adolescentes, não apenas em termos de “aconchego”, mas também em termos de “desenvolvimento” (Gulassa, 2010, p. 42).

Além da descrição das funções das cuidadoras, cinco publicações apresentaram as motivações para a escolha da profissão, destacando: a necessidade de remuneração (4, 6, 14), a intenção de trabalhar com crianças e adolescentes (6, 13), a estabilidade profissional (6) e a designação involuntária (8). De acordo com os resultados dos artigos, as razões para desempenhar a função de cuidadora que mais aparecem não representam, de fato, uma escolha, mas uma resposta condizente com as necessidades e oportunidades momentâneas de trabalho. Este caráter de obrigatoriedade e imposição da profissão de cuidadora, em conjunto com as evidentes condições desfavoráveis de trabalho – que serão adereçadas no eixo temático seguinte–, podem dificultar e/ou anular a importante atribuição de sentido ao trabalho arduamente desempenhado, gerando desmotivação e resistência frente à vinculação profissional. Tem-se aí, então, uma das importantes razões pelo qual é previsto, em legislação, a construção de espaços de capacitação e elaboração da experiência (Gulassa, 2010).

Para além disto, dois artigos (4, 14) revelaram que a motivação maior de permanência das cuidadoras nos abrigos institucionais consistia no sentimento de solidariedade em prol da causa humanitária implicada na profissão, acentuada pela busca em conhecer todos os aspectos relacionais das crianças e adolescentes (4, 13), bem como pelas demonstrações de amor enquanto base constituinte dos vínculos (4, 13). A legislação, de fato, prevê e recomenda a familiaridade com a história de vida dos acolhidos, pois fornece respaldo para uma atuação mais direcionada (Gulassa, 2010). Contudo, embora a afetividade esteja na base do cuidado, faz-se necessário pensar e concretizar ações amparadas em posturas éticas, de modo profissional e não intuitivo (Gulassa, 2010). Mais uma vez, espaços de capacitação e elaboração da experiência aparecem enquanto meios possíveis e fundamentais para o digno exercício da profissão e para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Ainda tomando como referência a relação cuidadora-crianças e adolescentes, observa-se, dentre os artigos recuperados, posturas acolhedoras (2, 4, 6, 7, 11, 13) e grande preocupação com o desenvolvimento infantil (7, 9, 11, 13), além de conseqüentes ações voltadas à atividades lúdicas e práticas educativas (1, 2, 9, 13). São exemplos: instigar e preservar a autonomia das crianças e adolescentes; maximizar as oportunidades de aprendizado no dia a dia; oferecer escuta afetiva e sensível, de caráter empático; e resgatar o brincar. Os achados desta pesquisa são extremamente positivos à luz das legislações que prevêm espaços e condições passíveis de compartilhamento de um “processo educativo” e humanizado entre os envolvidos, possibilitando momentos de interação e descontração, como rodas de leituras, jogos, celebrações, entre outros (Gulassa, 2010, p. 42).

Não obstante, o artigo 2 expõe outra faceta da interação cuidadora-crianças e adolescentes: comportamentos associados a diálogos de cunho negativo, como gritos e agressões verbais, manifestados, majoritariamente, em contextos que envolvem práticas educativas. Comportamentos estes que remetem a um modo de “educar”, resistente a mudanças, por basear-se em crenças e costumes fortemente aceitos e difundidos socialmente. Certamente, agressões antes deferidas às próprias cuidadoras em suas infâncias, que hoje são voltadas às crianças e adolescente acolhidos, pois assim como aponta Cerisara (1996 apud Bittencourt & Ferro, 2018), a tendência está em valorizar pensamentos, sentimentos e ações advindas de experiências pessoais e, conseqüentemente, projetá-los na prática profissional. Segundo as legislações, porém, cabe às cuidadoras “agir de forma equilibrada, estável, sensível e afetiva” (Gulassa, 2010, 77) – cenário inviável de ser alcançado frente à comum falta de capacitação e apoio adequados.

No que diz respeito a relação entre gênero e cuidado, nove artigos assinalam que as cuidadoras são em sua maioria, se não todas, mulheres (1, 2, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 15). Logo, o discurso de dom ou vocação faz-se presente em direção as atividades desempenhadas na

instituição (4, 6), o que se encontra intimamente ligado ao pressuposto de que o cuidado é uma qualidade inata às mulheres. Neste contexto, portanto, são comuns o entendimento e a imposição moral de que o cuidar caracteriza-se como uma atividade prazerosa e fácil (Cerisara, 1996 apud Bittencourt & Ferro, 2018). Atividades estas que quando se deslocam de casa para o mercado de trabalho, tornam-se estigmatizadas e desvalorizadas, considerando que “qualquer pessoa pode realizar, já que mulheres vêm executando” (Boris, 2014, p. 104), favorecendo ainda mais a lógica de que basta amor nas relações estabelecidas entre cuidadoras e crianças e adolescentes em abrigos institucionais. É significativa a maturidade necessária para reorganizar as emoções e dar conta de uma carga de trabalho exaustiva e solitária, considerando que grande parte das cuidadoras vivencia a monoparentalidade e desempenha dupla jornada em relação a cuidados despendidos com os acolhidos na instituição e com os próprios filhos em casa (6, 9) – aspectos que dificultavam o gerenciamento de subjetividades semelhantes vividas em espaços distintos, como evidenciado por uma cuidadora: “*A rotina da Casa é como a de uma casa qualquer, não é? É como uma mãe que precisa cuidar dos afazeres domésticos e das crianças ao mesmo tempo*” (Scopinho & Rossi, 2017, p. 81).

Esta confusão de papéis e espaços, porém, não parece derivar apenas da perspectiva das cuidadoras: dois artigos, ao falar destas profissionais, as colocam na posição equivocada de substitutas das mães (5, 6). Importante ressaltar, portanto, que cuidadoras não devem se ocupar, sob hipótese alguma, de papéis familiares na vida das crianças e adolescentes, pois “o abrigo institucional não nega a história de vida da criança, mas favorece sua compreensão e fortalece o papel da família [...]” (Gulassa, 2010, 42).

Eixo temático 2: O trabalho das cuidadoras

Categoria 1: Condições de trabalho

Dentre os quinze artigos recuperados, é exposto, com considerável frequência, aspectos que contradizem as legislações pertinentes (Brasil, 2009), por não irem de encontro a condições de trabalho favoráveis ao pleno exercício da profissão de cuidadora: estrutura física não adequada (1, 3, 8, 10), regime de trabalho por plantão (1, 3, 6, 9), excesso de trabalho (7, 8, 10, 11, 14), número reduzido do quadro de funcionários (3, 6, 10, 14), desvio de função (1, 7), divisão injusta de tarefas (11), não cumprimento de horários previamente acordados (11), baixa remuneração (3, 8, 14) e falta de valorização (3, 10, 11, 13, 14). Esta é uma realidade extremamente preocupante quando pensamos na importância de condições ambientais cabíveis para que seja possível o efetivo trabalho de cuidado com crianças e adolescentes acolhidos (Appell, 1997). Para além disto, considerando que a falta de valorização é significativa e sua presença é fundamental, faz-se importante o emprego de estratégias que visem o reconhecimento do árduo trabalho desempenhado pelas cuidadoras.

Muito desta dificuldade advém da presença de práticas que remetem ao modelo assistencialista (4, 6, 7, 13, 14). Como revelado pelo artigo 6, tem-se a “imagem do profissional que se movimenta o tempo todo em sua rotina de atividades, na tentativa de dar conta das demandas apresentadas por um grupo nem sempre reduzido de crianças” (Cavalcante & Corrêa, 2012, p. 511). Isto contraria as legislações ao não fomentar os cuidados integrais às crianças e adolescentes (Gulassa, 2010), além de criar barreiras acerca da interação afetiva entre cuidadoras e acolhidos.

Há, porém, dentre os artigos recuperados, achados favoráveis, que corroboram com as legislações, como por exemplo: o estabelecimento de rotina e regras claras de convivência (1, 3, 4, 11), além de resultados satisfatórios referentes ao estudo da qualidade de vida das cuidadoras

de determinada instituição (15). Estes achados se sustentam pela ideia de que a consistência de ações positivas age como fator protetivo em abrigos institucionais (Gulassa, 2010).

Categoria 2: Ausência/insuficiência de treinamento e educação continuada

Quatro artigos expõem a falta de requisitos claros e assertivos de contratação de cuidadoras de crianças e adolescentes no contexto de abrigos institucionais (4, 8, 11, 14): as contratações se concretizaram de modo informal; sem a obrigatoriedade de experiência prévia e treinamento específico; com preferência às mulheres que eram mães; sendo necessário “gostar de crianças e manter sigilo quanto aos acontecimentos” (Trivellato, Carvalho & Vettore, 2013, p. 302). Em desencontro com a realidade, as legislações recomendam que as cuidadoras possuam escolaridade média e experiência com atendimento à crianças e adolescentes (Brasil, 2009). É previsto, também, que “não basta gostar de crianças” (Gulassa, 2010, p. 24), isto é, é necessário romper com a noção equivocada de que a maternidade e o gosto por crianças são suficientes e deveriam ser requisitos para desenvolver o trabalho de cuidado.

Desta forma, tem-se que cuidadoras, em geral, não conseguem compreender a dimensão educativa do trabalho (Elage *et al.*, 2011). Esta pauta foi evidenciada em nove publicações recuperadas que indicaram: falta de capacitação formal e permanente (1, 3, 4, 5, 10, 11, 13, 14) e falta de acompanhamento e apoio constantes (4, 6, 10, 11, 14) – aspectos extremamente preocupantes acerca das condições atuais de trabalho das cuidadoras, pois é atrelada a estes aspectos a possibilidade de aproximação do cotidiano e das próprias emoções, visando um olhar reflexivo sobre o trabalho. Em suma, a capacitação deve suprir a desconstrução do conceito idealizado e romantizado da infância, acarretando em uma análise e concretude do que é real, em espaços de tempo e condições que são possíveis. É importante, ainda, pensar na dimensão psicológica do cuidado, pois “[...] nem todo trabalho emocional é, necessariamente, trabalho de

cuidados, mas todo trabalho de cuidados envolve, sempre, o trabalho emocional” (Soares, 2012, p. 49).

Em meio a este cenário, surge a necessidade de se apoiar na chamada capacitação informal (4, 14), isto é, na busca espontânea de recursos e ferramentas próprios e entre pares, para suprir lacunas deixadas pela falta de capacitação e apoio adequados, como explicitado pelas falas a seguir: “*Eles [jovens] tão me formando*”; “*Mas, é no dia a dia mesmo, com a conversa com as colegas que a gente troca muita coisa. Poder dividir isso, dá um alívio, um apaziguamento, sabe?*” (Halpern, Leite & Moraes, 2015, p. 99). A fala destacada revela que a cuidadora aprende suas funções com alguém já absorvido pela rotina, sem treinamento formal e específico ou informações sobre a finalidade do abrigo e as implicações da permanência neste espaço para as crianças e adolescentes acolhidos.

Em meio a este cenário, as próprias cuidadoras sinalizam aquilo que desejam para si e que seriam essenciais para a sua prática (4, 6, 11, 12, 14): a capacitação e apoio capazes de suprir lacunas necessárias, além de melhorias que caminham rumo a condições de trabalho mais dignas.

Fernandes (2017) discute a educação permanente no âmbito do SUAS como “proposta pedagógica que valoriza as aprendizagens no trabalho, a construção de saberes a partir das necessidades sociais que permeiam a realidade do trabalhador, assim como as dos sujeitos de direitos, reconhecidos como usuários da assistência social.” (p. 125). Para a autora, é necessário “conhecer criticamente para poder intervir conscientemente” (p. 136). Ela propõe estudo e debate de situações do cotidiano de trabalho dos profissionais, o que inclui a própria política de assistência social e a rede de proteção, pois muitos ingressantes desconhecem a estrutura organizacional, os marcos legais e os níveis de proteção da política (proteção social básica e proteção social especial). Destaca ainda o cenário de precarização da força de trabalho com a

privatização e terceirização dos serviços e a presença de relações de trabalho que prejudicam a saúde dos trabalhadores.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi alcançado ao recuperar e mapear dados que apontassem para o papel de cuidadoras de crianças e adolescentes em abrigos institucionais. Com isto, visa-se ampliar a literatura acerca do tema abordado, compilando dados relevantes que possam atuar como base para futuras e desejáveis intervenções, cuja necessidade é gritante e urgente.

Compreende-se aqui a importância da visualização do trabalho de cuidado como uma experiência que independe de gênero, reaproximando-o de seu compromisso político. Não obstante, o cuidado ético com o cuidar implica em encontros menos sensíveis ao abandono – sentimento que perpassa de modo geral a vivência em abrigos institucionais –, e mais sensíveis ao acolhimento, reconhecendo todos os envolvidos como sujeitos de direito.

A realidade atual que mais se aproxima desta premissa é a exposta pelo Família Acolhedora – uma modalidade de proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que vem ganhando força e relevância nos últimos anos, por preconizar aquilo que os abrigos possuem como maior lacuna: o cuidado em ambiente e dinâmica familiares. Este age de modo a minimizar impactos nocivos e nutrir potências, ao propiciar atenção e acolhimento individualizados, vínculos afetivos estáveis, maior bem estar subjetivo, melhor autoestima, e melhores índices de desenvolvimento físico e de aprendizagem (Pinheiro, Campelo & Valente, 2021).

Por fim, destaca-se a relevância de novos estudos como vias de fortalecimento de cuidados no contexto de abrigos institucionais, especialmente, àqueles viáveis ao fornecimento de

espaço sólido para a expressão da voz e da autonomia das cuidadoras, além de oportunidades de reflexão sobre a própria prática, que se resumem a expressões de cidadania e ética.

Referências

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C., Lima, M. L. L. T., & Assis, S. G. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 23 (2), 529-542.
- Appell, G. (1997). Que tipo de observação usar para acompanhar uma criança pequena em coletividade. In: M. B. Lacroix & M. Monmayrant (org), *Os laços do encantamento: A observação de bebês segundo Esther Bick e suas aplicações* (pp. 79-85). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Azambuja, G. G., Cecílio, T. S., & Machado, E. R. (2016). A Infância na Concepção de Educadores Sociais que Trabalham em Instituições de Acolhimento em Ponta Grossa. *Revista Olhar de Professor*, 19 (1), 35-49.
- Azevedo, T. B. V., Cavalcante, L. I. C., Heumann, S., & Torres, R. F. (2016). Assistência dos cuidadores nas atividades de autocuidado de crianças em acolhimento institucional. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 18 (3), 115-126.
- Barros, N. S. & Naiff, L. A. M. (2015). Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15 (1), 240-259.
- Barros, R. C. & Fiamenghi Jr., G. A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 12 (5), 1267-1276.
- Bittencourt, A. A. D. & Ferro, V. S. (2018). Um olhar cuidadoso para os profissionais que atuam junto às crianças e adolescentes em acolhimento institucional e familiar. In: *Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes: proteção integral e garantia de direitos* (pp.138-160). Brasília: Fundação Oswaldo Cruz & Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
- Boris, E. (2014). Produção e reprodução, casa e trabalho. *Revista Tempo Social*, 26 (1), p. 101-121.
- Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) & Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. 2ª edição. Brasília: CONANDA & CNAS.
- Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) & Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: CONANDA & CNAS.

- Brasil Lei nº. 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em: 15 de março de 2021.
- Brasil. Resolução nº. 9. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS. Brasília: Diário Oficial da União, 15 de abril de 2014. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-9-de-15-de-abril-de-2014/>>. Acessado em: 31 de julho de 2022.
- Brasil. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 15 de março de 2021.
- Brito, C. V. & Souza, J. C. (2011). Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 13 (1), 89-100.
- Broome, M. E. (2000). Integrative literature reviews in the development of concepts. In: B. L. Rodgers & K. A. Knafl (org), *Concept development in nursing: Foundations, techniques and applications* (pp. 231-250). Philadelphia: W. B. Saunders.
- Cano, M. A. T., Marques, C. M. L. & Vendruscolo, T. S. (2007). A Percepção dos Cuidadores Sociais de Crianças em Abrigos em Relação ao Processo do Cuidar. *Revista Serviço Social e Realidade*, 16 (2), 22-41.
- Carmo, T. M. (2016). A Dicotomia Existente na Prática dos Educadores Sociais no Âmbito do Acolhimento Institucional: Diferenças entre Cuidador Social e Educador Social no Serviço de Acolhimento Institucional. *Revista Olhar de Professor*, 19 (1), 23-31.
- Cavalcante, L. I. C. & Corrêa, L. S. (2012). Perfil e Trajetória de Educadores em Instituição de Acolhimento Infantil. *Revista Cadernos de Pesquisa*, 42 (146), 494-517.
- Cruz, E. J. S., Dias, G. B. & Pedroso, J. S. (2014). Estudo do “Ages and Stages Questionnaires” com cuidadores de crianças institucionalizadas. *Revista Psico-USF*, 19 (3), 411-420.
- Dantas, J. G. S. (2016). A Assistência Social no Brasil: da Benemerência ao Direito. *Revista Socializando*, 3 (1), 105-113.
- Elage, B., Góes, M., Fiks, M. & Gentile, R. (2011). *Perspectivas formação de profissionais em serviços de acolhimento*. São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Fernandes, R. M. C. (2017). Processos de educação permanente nas situações de trabalhos no SUAS. *Sociedade em debate* (Pelotas, RS), 23 (2), 121-147
- Fonseca, P. N., Albuquerque, A. B., Lima, B. L., Santos, J. L. F. & Souza Filho, J. F. (2020). Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. *Revista Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 10 (3), 71-92.

- Gabatz, R. I. B., Milbrath, V. M. & Schwartz, E. (2019). Vivências do cuidador institucional no acolhimento infantil. *Escola Anna Nery*, 23 (2), 1-9.
- Golin, G., Benetti, S. P. C. & Donelli, T. M. S. (2011). Um Estudo Sobre o Acolhimento Precoce Inspirado no Método Bick. *Revista Psicologia em Estudo*, 16 (4), 561-569.
- Gulassa, M. L. C. R. (org). (2010). *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Halpern, E. E., Leite, L. M. C. & Moraes, M. C. M. B. (2015). Seleção, Capacitação e Formação da Equipe de Profissionais dos Abrigos: O Hiato entre o Prescrito e o Real. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 13 (1), 91-113.
- Kappler, S. R. & Mendes, D. M. L. F. (2019). Trocas Afetivas de Crianças em Acolhimento Institucional. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-13.
- Pinheiro, A.; Campelo, A. A. & Valente, J. (org). (2021). *Guia de acolhimento familiar: o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora*. Belo Horizonte: Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC) & Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (SNAS).
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). A proteção da infância e da sociedade: percurso histórico dos internatos para crianças pobres no Brasil. In: *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* (pp.19-41). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Santos, P. C., Vargas, M. M. & Melo, C. M. (2018). Caracterização dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no território da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. *Revista Acta Scientiarum*, 40 (2), 1-9.
- Scopinho, R. A. & Rossi, A. (2017). Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadoras do care. *Revista Estudos de Psicologia*, 34 (1), 75-85.
- Soares, A. (2012). As emoções do care. In: Hirata, H. & Guimarães, N. A. (org), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care* (pp.44-59). São Paulo: Atlas.
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>
- Souza, M. T., Silva, M. D. & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Revista Einstein*, 8 (1), 102-106.
- Trivellato, A. J., Carvalho, C. & Vectore, C. (2013). Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 17 (2), 299-307.